

**COMUNIDADE QUILOMBOLA DO MATUPIRI: UM QUILOMBO TRANSLOCAL NO AMAZONAS.**

**MATUPIRI QUILOMBOLA COMMUNITY: A TRANSLOCAL QUILOMBO IN AMAZONAS.**

**COMUNIDAD QUILOMBOLA MATUPIRI: UN QUILOMBO TRANSLOCAL EN AMAZONAS.**

Georgio Ítalo Ferreira de Oliveira. Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia (2021), Pós-Doutorado em História -UFAM (2024), e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (Nepam/CNPq). Professor História pela Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas.

“Zumbi, Ajuricaba. Irmãos da mesma cor - Não mede o homem a pele, mas, sim, a mesma dor. Heróis da mesma guerra, Frutos da mesma flor. Índios e negros, irmãos.

Manaus, Palmares, lição de vida, força e vontade, De amor à liberdade. Lutar, quebrar as algemas, morrer assim vale a pena. Que a vida é coisa pequena, ante a grandeza da prenda. E um grito corta os ares, Quilombo dos Manaus, tribo dos Palmares, vencer os homens maus. Tribo dos Palmares, Quilombos dos Manaus.

Um grito corta os ares Tribo dos Manaus, Quilombo dos Palmares, vencer os homens maus Tribo dos Quilombos, Palmares dos Manaus Coaraci, Oxalá, Quilombola Ganga, Zumba, Tupã, caipora”.

Palmares, Manaus<sup>1</sup>

**RESUMO**

O presente artigo tem como título “Comunidade Quilombola Matupiri: Um Quilombo Translocal no Amazonas”, comunidade que está localizada na região do Rio Andirá, município de Barreirinha, Estado do Amazonas. A pesquisa contou com a participação de alguns habitantes da comunidade, e de quilombolas que migraram para outros centros urbanos, pessoas com ancestralidade negra, protagonistas de sua própria história, e com forte lastro na resistência e luta em favor das comunidades tradicionais quilombolas da região. O estudo foi fundamentado na História Oral, em abordagem qualitativa, tendo como recurso de investigação entrevistas semi-dirigidas aos colaboradores e registro em caderno de campo, essas técnicas foram fundamentais para a recolha, transcrições e descrição do momento das entrevistas, ocasião em que nem sempre a sonora traduz o que o semblante deixa transparecer. As fontes teóricas basilares que fomentaram teoricamente este trabalho foram Gomes (1997, 2003 e 2018), Sampaio (1997, 2008, 2011, 2014), Almeida (1998, 2006, 2008, 2012, 2017, 2020), Funes (1995, 2003), Cavalcante (2011, 2013, 2020, 2021), Pozza Neto (2011), Costa (2014, 2016) Rocha (2018, 2019) Ranciaro (2004, 2016). Por fim, os resultados desta pesquisa contemplam de maneira assertiva aos objetivos tratados na proposta primeva deste trabalho, e que no decorrer das indagações levantadas nas

---

<sup>1</sup> Candinho e Inês, Álbum: Faróis, 2006

entrevistas, encontraram respostas nas falas da rede de colaboradores que compuseram a pesquisa de campo.

Palavras-chave: Quilombo, Matupiri, Translocal.

#### SUMMARY

This article is entitled "Matupiri Quilombola Community: A Translocal Quilombo in Amazonas", a community that is located in the region of the Andirá River, municipality of Barreirinha, State of Amazonas. The research had the participation of some inhabitants of the community, and quilombolas who migrated to other urban centers, people with black ancestry, protagonists of their own history, and with a strong ballast in the resistance and struggle in favor of traditional quilombola communities quilombolas in the region. The study was based on Oral History, in a qualitative approach, having as a research resource semi-directed interviews to the collaborators and record in a field notebook, these techniques were fundamental for the collection, transcriptions and description of the moment of the interviews, an occasion in which the sound does not always translate what the countenance reveals to be. The basic theoretical sources that theoretically fostered this work were Gomes (1997, 2003 and 2018), Sampaio (1997, 2008, 2011, 2014), Almeida (1998, 2006, 2008, 2012, 2017, 2020), Funes (1995, 2003), Cavalcante (2011, 2013, 2020, 2021), Pozza Neto (2011), Costa (2014, 2016) Rocha (2018, 2019) Ranciaro (2004, 2016). Finally, the results of this research contemplate in an assertive way the objectives addressed in the original proposal of this work, and that in the course of the questions raised in the interviews, they found answers in the statements of the network of collaborators who composed the field research.

Keywords: Quilombo, Matupiri, Translocal

#### RESUMEN

Este artículo se titula "Comunidad Matupiri Quilombola: Un Quilombo Translocal en Amazonas", una comunidad que se encuentra ubicada en la región del río Andirá, municipio de Barreirinha, Estado de Amazonas. La investigación contó con la participación de algunos habitantes de la comunidad, y quilombolas que migraron a otros centros urbanos, personas con ascendencia negra, protagonistas de su propia historia, y con un fuerte lastre en la resistencia y lucha a favor de las comunidades tradicionales quilombolas de la región. El estudio se basó en la Historia Oral, en un enfoque cualitativo, teniendo como recurso de investigación entrevistas semidirigidas a los colaboradores y registro en un cuaderno de campo, estas técnicas fueron fundamentales para la recolección, transcripciones y descripción del momento de las entrevistas, ocasión en la que el sonido no siempre traduce lo que el semblante revela ser. Las fuentes teóricas básicas que teóricamente impulsaron este trabajo fueron Gomes (1997, 2003 y 2018), Sampaio (1997, 2008, 2011, 2014), Almeida (1998, 2006, 2008, 2012, 2017, 2020), Funes (1995, 2003), Cavalcante (2011, 2013, 2020, 2021), Pozza Neto (2011), Costa (2014, 2016) Rocha (2018, 2019) Ranciaro (2004, 2016). Finalmente, los resultados de esta investigación contemplan de manera asertiva los objetivos abordados en la propuesta original de este trabajo, y que en el transcurso de las preguntas planteadas en las entrevistas, encontraron respuestas en las declaraciones de la red de colaboradores que compusieron la investigación de campo.

Palabras clave: Quilombo, Matupiri, Translocal.

## 1 – INTRODUÇÃO

Com a música “Manaus, Palmares”, de autoria de Candinho e Inês, cujo título da canção, letra e ritmo, carregam em cada verso e estrofe, o símbolo e a gana dos povos indígenas e diaspóricos de origem africana, tendo a urbe como cenário das tensões e protagonismo, representado nas formações de quilombos e mocambos, cujo eco ressoa ao tempo presente, trazidas pelos ventos do passado. Cada palmo de terra reconhecido, titulado é uma vença, e um ancestral honrado. Nos escritos que se sucedem, pretendemos apresentar o diálogo travado entre as pessoas da Amazônia profunda com o centro urbano, demonstrando que a comunidade quilombola não é uma redoma isolada, e que o quilombola não é somente um morador, mas sim um habitante que transita por muitos lugares, que migra, mas que também retorna para o seu lugar de origem. Estruturamos o artigo em tópicos assim descritos: Do Matupiri ao Marapatá, a migração Quilombola para Manaus.; A migração quilombola do rio Andirá para o rio Negro-Solimões-ramos na voz de Maria Amélia Castro, Considerações Finais. A ancoragem do artigo, baseia-se em fontes orais, inferências do pesquisador e na legislação do país e demais teóricos.

Iluminam este capítulo, os seguintes autores Cardoso; Müller (2008), Tim Ingold (2015), Maria Amélia Castro (2016), Martins Júnior (2018).

## 2 - Do Matupiri ao <sup>2</sup>Marapatá, a migração Quilombola para Manaus.

O subitem acima é nominado desta forma, exatamente para descrever a odisseia dos quilombolas rumo à cidade de Manaus durante a efervescência da <sup>3</sup>Zona Franca <sup>11</sup> e consequentemente a implantação do Polo Industrial; pois desde o fim do período gomífero em 1920, e pelos trinta anos seguintes o Amazonas se manteve sobre as bases de uma economia extrativista, instável, cíclica e com uma população rurícola. Cardoso; Müller (2008, p.43), citam: “No fim do ciclo da borracha (1920), contando como urbanos os núcleos de Manaus e Belém, 28% da população amazônica residiam nos municípios destas cidades e mais de 1 milhão no meio rural”. Esse crescimento populacional ocorreu em três períodos distintos, no Ciclo da

---

<sup>2</sup>Marapatá: A Ilha de Marapatá fica próxima ao Encontro das Águas, na entrada da cidade de Manaus. Alguns estudiosos dizem que este nome significa na língua Macua (tribo africana), espaço aberto, reentrante, que dá acesso ao interior.

<sup>3</sup> Zona Franca de Manaus: A Zona Franca de Manaus foi criada a partir do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. (Moraes, 2010).

Borracha, na retomada da Extração da Borracha nos 40 e por último com a Zona Franca (Aguiar, 2002).

A partir dos anos cinquenta, uma fração da população que habitava as cidades interioranas migraram para capital em busca de uma condição de vida mais digna. Siqueira (2016, p. 18), em seu estudo antropológico, faz o seguinte comentário: “A partir dos deslocamentos das famílias, algumas já desapropriadas de suas posses, viabilizaram-se a formação de pequenos agrupamentos em áreas que até então eram praticamente de posse e uso familiar”. Mas esse doce sonho de quem chega, transforma-se em uma dura realidade, pois a cidade grande mostra-se real, fria e impiedosa com os mais crédulos.

No subúrbio das médias e grandes cidades, a população do campo engrossa os bolsões de pobreza, que são “exílios imóveis e sem saída” onde o Estado não capilariza as suas políticas sociais. A mobilidade dos habitantes vindos do interior é reduzido e se restringe aos bairros mais afastados e isolados socialmente (Argier, 2011).

E morar na cidade passa a ser um modo de falar, pois as pessoas se aglomeravam em casebres, palafitas, cortiços em bairros próximos ao centro (São Raimundo, Educandos, Aparecida, Betânia e Cachoeirinha), transformando-se em ribeirinhos habitantes da cidade, com uma vida influenciada pelas enchentes e a vazantes dos rios Solimões e negro. Martins Júnior (2018, p.93); faz uma abordagem sobre o processo de ocupação desordenada dos corpos d’água da cidade de Manaus;

Pela falta de opção de terras disponíveis, grande parte desse contingente populacional ocupou as margens dos igarapés e estimulou o processo de ocupações irregulares em diversas áreas. O curso dos igarapés que formam a densa rede de drenagem urbana de Manaus, de certa forma “interferia” significativamente na construção do espaço e no formato que a cidade assumia ao longo do intenso processo de urbanização ocorrente a partir da década de 1960.

Ocorreu também o surgimento de outros bairros em diferentes zonas da cidade de Manaus. Conforme aponta Moraes (2010, p. 80): “Nas Zonas Norte e Leste, ocorreu uma forte concentração de migrantes do interior do Amazonas e de outros Estados, atraídos principalmente pela expectativa de empregos do PIM”.

Ainda sobre o superávit populacional, Cardoso; Müller (2008, p.41); apresentam uma leitura sobre o crescimento da população da Amazônia nos anos setenta,

O crescimento urbano tendeu a ser maior nas capitais menores da região (em geral em ritmos bem superiores a 10% a.a); Belém cresceu 60 a 59% entre 1950-60 e 1960-1970, enquanto Manaus, 72 a 86%; este ritmo excepcionalmente alto de crescimento de Manaus na última década deve estar ligado à sua situação de Zona Franca (1967), à instalação de algumas empresas, como, por exemplo, a partir de 1958, de uma

refinaria da Petrobrás. O crescimento relativo urbano/rural apresentou fortes diferenciais, mostrando a continuação dos fluxos do campo para a cidade.

Essa realidade é um reflexo do afamado desenvolvimentismo dos governos militares para integrar a região Amazônica e os povos que nela habitam, ao Brasil. E esse modelo econômico baseava-se na implantação em cada da região da Amazônia um quinhão econômico. Os grandes projetos de investimento (GPIs) tinham ancoragem na ‘Teoria dos Polos de Crescimento’, a qual defendia a centralização de grandes ações de mineração, agroindústria e colonização territorial em áreas consideradas marginais, que conseqüentemente influenciariam no desenvolvimento da região (PERROUX, 1967).

E assim como se deu na época da Borracha, o crescimento econômico centralizou-se na capital, fazendo do interior uma área de parca evolução em diversos aspectos; o que interfere sobremaneira na qualidade de vida de uma parcela da população que reside em calhas distantes dos rios da região. Restando apenas aos habitantes do interior do estado, explorar as riquezas naturais da floresta, cultivar em um solo pouco fértil e colher rarefeitas lavouras. Moraes (2010, p.82) evidencia que;

O que se constata é que o crescimento da cidade de Manaus ocorreu de forma desordenada, com uma das maiores taxas do país, atraindo imigrantes do interior do estado (desestruturando a agricultura), e de outros estados, formando extensas “invasões” na periferia da cidade.

E é esse cenário que os migrantes quilombolas de Barreirinha se deparam na cidade de Manaus; onde se refugiam e ao mesmo tempo buscam por direitos de cidadania, mas não encontram guarida, transformando as suas lutas diárias em um ato de sobrevivência. Salientando que a saída de sua terra natal também foi bastante traumática, pois encontramos nos relatos da colaboradora Maria Amélia (60 anos), fragmentos de memória que ilustram o motivo para a migração da zona rural para a capital do estado.

Inclusive eu fiz um levantamento dos quilombolas que estão em Manaus, que já vieram há muito tempo e se identificaram como quilombola. Praticamente são 100 famílias que moram no Mauasinho. Inclusive tem um tio meu, que é primo do meu pai, que vieram para cá, pelo motivo daquela morte do pai deles que um policial matou em Barreirinha. Aí eles se desgostaram, aí a mãe deles que é mulher do primo do meu pai, eles vieram para Manaus com uma família que morava na estrada Manaus-Rio Branco e depois eles vieram aqui pra Manaus e permanecem aqui. Essa família que veio de lá, que é filho do tio Analecto que foi a bala lá em Barreirinha eles me procuraram, eles estão aqui. A filha dele me procurou, que queria compartilhar do grupo. Eu disse se a senhora não se renega, com certeza pode fazer parte do grupo e pode compartilhar. Quando ele morreu, eu tinha 7 anos de idade, ele morreu em 1960. (Entrevista, 2020).

A memória de Amélia Castro, voltou em um tempo bastante distante, pois a mesma revisitou lembranças de sua tenra infância; ocasião em que uma menina por volta dos seus sete anos de idade sofreu com a perda do seu primo que foi brutalmente assassinado sem

qualquer chance de defesa. E por se tratar de um homicídio, a viúva a senhora Maria Trazíbia dos Santos e os seus filhos Leocádio (já falecido), Maria, Vicente e Izabel, não encontraram guarida e apoio da justiça local da época para solucionar o crime, e já descontentes com o desfecho pouco favorável, resolveram sair da cidade, como forma de aplacar os seus traumas com a imensurável perda. Atualmente os filhos do senhor Anacleto já são idosos e continuam residindo na cidade de Manaus; mantivemos contato com o senhor Vicente e senhora Maria no ano de 2021; e o senhor Vicente contribuiu com alguns lampejos de memórias, mas a participação de dona Maria foi emocionante e orvalhada de lágrimas de saudade de seu pai Anacleto e das inúmeras atribulações na vida que tiveram que enfrentar sem a presença do patriarca da família, mas compensada pela força inabalável de sua mãe Trazíbia. As imagens abaixo são dos filhos e netos de Anacleto Rodrigues.

Quadro fotográfico 1: Filhos e Netos de Anacleto Rodrigues

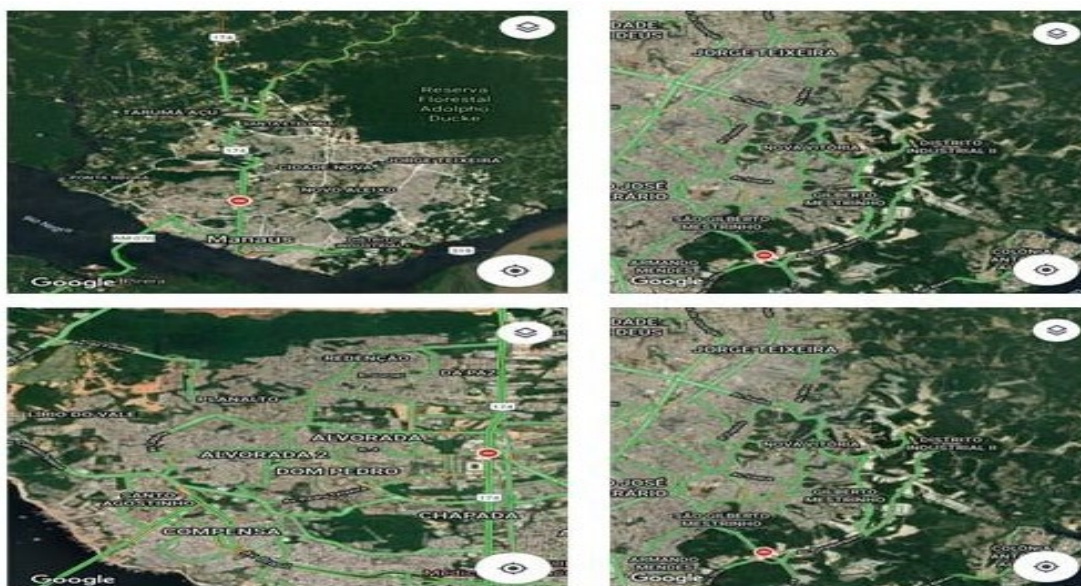


Fonte : Maria Amélia

E para o velório do senhor Anacleto Rodrigues, o prefeito de Barreirinha, o senhor Aurélio Andrade autorizou que se fretasse um barco para realizar a logística dos comunitários do Matupiri para a sede do município. Alguns vieram para o velório, outros sedentos por vingança, mas o delegado já havia encaminhado o policial homicida para o município de Parintins e em seguida para a capital do estado. E ao que consta o policial Procópio jamais foi julgado por esse assassinato, que condenou uma família inteira a um futuro incerto e em terras incertas.

E o caminho trilhado por essa família não foi muito diferente do destino dos muitos interioranos que migram; elegendo a cidade de Manaus para recomeçar uma nova vida. Atualmente residem nos bairros de Jorge Teixeira, Coroado e Santo Agostinho.

Quadro fotográfico 2: Mapa Geoespacial da Cidade de Manaus e os Bairros: Mauzinho, Santo Agostinho, Jorge Teixeira e Nova Vitória



Fonte: Google

De acordo com a entrevista que fizemos com a colaboradora Maria Amélia, dos três tios ainda vivos, o senhor Vicente Rodrigues e Izabel, são os parentes com quem ela tem possui um diálogo muito próximo, conforme observamos em sua sonora;

Eles vieram em 1967, eu tinha 7 anos de idade, era para mim vim com eles, mas a minha mãe não deixou eu vim, porque ainda era de primeira vez, aí não sabia como é que ia ser, aí eu não vim. Eu me dava muito bem com a filha dela, a tia Maria ainda é viva e mora no Santo Agostinho, o tio Vicente ainda é vivo e mora no Jorge Teixeira, a tia Izabel ainda foi e mora no Coroado. Só quem já morreu foi o tio Leocádio que morreu de acidente de ônibus, mas ele deixou três filhos, mas não tenho muito contato com os filhos dele. Com quem tenho muito contato é com a tia Izabel, ela tem três filhos e uma filha. E o tio Vicente, ele tem uma filha e um filho, eu sempre falo com ele. Com eles eu tenho muita intimidade de ter contato. E desde aquela época eles ficaram aqui em Manaus e nunca mais foram no Andirá. Foi um tempo, aí eu fui à casa do tio Vicente, aí eu conversando com ele, eu disse: tio o Andirá mudou, agora o Andirá é cheio de comunidade, lá onde seus pais moravam é uma comunidade, é a Boa Fé. Ele disse assim pra mim: Minha filha, eu não tenho vontade de ir para o Andirá e isso não é por nada, porque o dia eu colocar os meus pés no Andirá, eu vou relembrar tudo o que aconteceu com meu pai, por isso eu prefiro ficar por aqui minha filha. (Entrevista, 2021).

E essas lembranças, embora sendo bastante longevas, ainda são marcantes na memória dos filhos do senhor Anacleto, que costumam socializar com seus filhos e netos esse passado de injustiça e privações. Salientamos que desde o ano de 67, o senhor Vicente não retornou mais para a cidade de Barreirinha, mas isso não impediu que as novas gerações conhecessem e se identificassem com a causa quilombola. A nossa colaboradora Maria Amélia (60 anos), traça uma diacronia dos fatos relevantes que levaram os familiares do senhor Anacleto a migrar. Vejamos;

No mês de fevereiro, eu conheci um primo meu. Ele me disse: “mana eu sou negro mesmo, infelizmente eu não nasci no Andirá, eu já nasci aqui em Manaus, mas minha mãe veio do Andirá, os meus tios vieram do Andirá, a minha avó veio do Andirá. Eu quero conhecer o Andirá. Eu estudei um pouco e eu quero conhecer a minha história”. E aqui o pessoal do Mauasinho também já estão me procurando, aí eles me dizem que vieram com os seus pais, mas eles já morreram, e que tem vontade de voltar. Os netos da tia Ludia já vieram adultos pra cá Manaus, só quem em nasceu aqui em Manaus foram os filhos deles. E se a pessoa não se renega, a gente tem que abraçar. E pediram para serem reconhecidos como remanescentes quilombolas, se eles querem ser reconhecidos como quilombolas, quem é que vai dizer não, a gente tem mais é que acolher. (Entrevista, 2020).

E em outro momento, também ocorreu a migração de outras famílias de afrodescendentes para a capital, como exemplo a senhora Ludia Rodrigues da Costa, que se mudou de Ponta Alegre para Parintins e em seguida para Manaus por meados dos anos setenta com toda a sua família. Ela casou-se por duas vezes e teve aproximadamente 19 filhos, vindo a falecer aos 108 anos, no ano de 2010. E nas duas últimas décadas fixaram moradia nos Bairros do Mauazinho, Parque das Nações e Nova Vitória, onde os mesmos constituíram matrimônio e herdeiros.

A senhora Ludia era filha de Manoel Rodrigues e Ermelinda, já o senhor Anacleto era filho de Silvério e Tertulina, eram todos membros de uma única família. Confirmamos esse laço parental na entrevista concedida pelo senhor Benedito Pereira da Costa (já falecido), à Cartografia Social da Amazônia no ano de 2014: “Dessa união com Gerônima, com o mesmo sobrenome Rodrigues da Costa, vieram cinco filhos: *Manoel*, *Silvério*, Pedro (meu pai), Cristina e Francisco. Benedito também foi pai de Maria Tereza Albina de Castro, uma filha, fruto de uma união fora do casamento com Maria Albina”. (grifo meu).

Por muito tempo os migrantes do Andirá perderam contato com os seus parentes das comunidades quilombolas de Barreirinha, mas recentemente promoveram uma reaproximação junto a Federação Quilombola, através da articuladora Maria Amélia, que os acolheu e cadastrou como quilombolas, com base no decreto nº 4.887 que ampara o princípio da autodeclaração. De acordos com os relatos orais em Manaus, nos bairros anteriormente

descritos, habitam aproximadamente 100 famílias quilombolas originárias do interior de Barreirinha, e se formos traçar um paralelo em números com o Quilombo Urbano de São Benedito que possui aproximadamente 55 famílias em seu cadastro; os quilombolas do Andirá são sensivelmente superiores em termos populacionais.

A articuladora da Federação Quilombola na capital do estado, a senhora Amélia Castro (60 anos), nos contou durante uma entrevista, que fez o levantamento dos números de famílias ora apresentados, inclusive procedeu o cadastro de pessoas que se consideravam quilombolas habitantes da cidade de Manaus, mas com ancestralidade no Matupiri e adjacências. Segundo relatos de nossa interlocutora,

Um dos netos, bisnetos do Manoel Rodrigues são cadastrados, umas das filhas da Ludia elas são cadastradas: a Inês é cadastrada, a Eyna é cadastrada, a Cleide, já os filhos não são cadastrados. Porque só se cadastraram os pais, só colocaram a quantidade de filhos que eles tinham, mas confere também. Agora a tia Izabel e o tio Vicente eles não foram cadastrados. Pois na época que nós fizemos o cadastramento a gente não tinha muita intimidade como a gente tem, mas ele me disse se um dia fosse preciso, eu queria contar a história do quilombo (Entrevista, 2021).

Há uma relação de afetividade entre as famílias da zona urbana e rural, onde tem florescido entre ambas um diálogo produtivo; e as lideranças da federação e a articulação quilombola tem chancelado essa aproximação parental. Sendo este um dos objetivos constantes no Estatuto da Federação, cujo Artigo 3º está assim disposto;

Suplementarmente aos objetivos específicos de cada organização filiada, a federação objetiva ainda:

- a) Defender e propagar os direitos das comunidades quilombolas filiadas ou não à Federação;
- b) Elaborar propostas que promovam a igualdade e que combatam a discriminação etno-racial e gerencial;
- c) Elaborar e gerenciar projetos que promovam a sustentabilidade econômico-social junto às comunidades quilombolas;
- d) Promover ações de formação e fortalecimento das organizações de comunidades quilombolas, bem como de outras organizações afrodescendentes;
- e) Implementar ações alternativas que resgatem a autoestima e a dignidade das comunidades quilombolas, bem como das populações afrodescendentes;
- f) Ser uma presença solidária junto às comunidades quilombolas e afrodescendentes em geral;

Percebemos no presente artigo uma enorme preocupação em acolher e valorizar os entes que estejam e não estejam legalizados junto a federação, combatendo a discriminação étnico racial, bem como promover ações que visem resgatar a dignidade dos afrodescendentes. De igual modo, os quilombolas do Andirá e seus descendentes, não podem ser reduzidos somente ao termo *morador*, cuja interpretação se assenta sob uma ótica geográfica, pois nos induz a um entendimento bastante errôneo, os limitando somente às cercanias territoriais da região do Andirá; onde estão as comunidades de afrodescendentes. Sob um outro prisma os autodeclarados quilombolas, podem ser classificados como *habitantes*; um adjetivo que alude um caráter mais universal, no sentido que mesmo sendo originário de determinada região, nada os impede de viajarem, migrarem e em decorrência do fato, conseqüentemente conhecerem determinados lugares, pessoas e culturas difusas, e essa ação e comportamento mais cosmopolita, melhor se aplica aos quilombolas do Andirá. Tim Ingold (2015, p.220) nos orienta;

Os lugares, em suma, são delineados pelo movimento, e não pelos limites exteriores ao movimento. Na verdade, é apenas por esse motivo que escolhi me referir a pessoas que frequentam lugares como “habitantes” ao invés de “moradores”. Porque seria muito errado supor que tais pessoas estejam confinadas em um determinado lugar, ou que sua experiência seja circunscrita pelos horizontes restritos de uma vida vivida apenas aí (...). Habitantes podem realmente ser muito viajados, como David Anderson, por exemplo, descobriu durante a pesquisa de campo entre pastores de renas Evenki da Sibéria. Quando questionou seus anfitriões acerca da localização das terras do seu clã original, ele foi informado de que no passado as pessoas viajavam - e viviam - não em algum lugar, mas em todos os lugares (...). “Este em todos os lugares”, no entanto, não é “em lugar nenhum”.

Não podemos reduzir os povos tradicionais como se eles fossem um retrato de um Brasil rústico, cuja estereotipia está representada no vaqueiro do marajó, na quebradeira de coco babaçu, no seringueiro, no indígena e no quilombola. Se assim o fizermos, reafirmaremos um pensamento superado, antiquado e reducionista praticado pelo Estado Brasileiro. Almeida (2008, p.80); exemplifica o racismo presente no pensamento da sociedade nacional: “Quer dizer, todas aquelas imagens das “figuras típicas” que o IBGE construiu, representavam oficialmente um símbolo do homem amazônico, engolfado pela floresta, confundido com as árvores, com as águas e com a fauna”. E nessa relação campo -cidade, Siqueira (2008, p.81) sinaliza que;

Há muitos relatos e histórias contadas sobre a maneira como os moradores das comunidades quilombolas são discriminados na sede do município, inclusive por agentes públicos. Entre os comportamentos identificados pelos próprios moradores como sendo de “desclassificação” em razão da sua condição social, estaria o hábito de alguns agentes não os olhar no rosto enquanto tratam de assuntos com eles, mas sim ficar fitando seus pés e vestimentas. Além disso, os moradores são muito mais

suscetíveis a receber o popular chá de cadeira do que qualquer indivíduo da área urbana, especialmente se eles tentam registrar alguma reclamação ou realizar denúncia num órgão local.

A Comunidade Quilombola do Matupiri, sublima o pensamento determinista; valorizando a questão territorial, mas se ressignificando com o seu aspecto simbólico, fazendo do quilombo não somente um lugar, local, território, espaço, mas sim uma ideia, modo vida, tradição e militância.

Na ruptura do pensamento frigorificado, citamos a formação de outras comunidades relacionais à comunidade quilombola, construídas fora do espaço originário, como exemplo o ajuntamento de quilombola na zona urbana, que se encontram alicerçadas em algumas estruturas que são condicionantes para a sobrevivência das pessoas que compõem essa microssociedade quilombola temporariamente reterritorializada. Esse fluxo migratório e o assentamento nos bairros da capital Amazonense, podem ser interpretados como a formação de um Quilombo do Matupiri Translocal, pois os seus habitantes, não residem somente na região do Andirá, há uma mobilidade, movimentação e contato tanto interno como externo à comunidade. Marshall Shahlins (1997, p, 113); elabora uma justificativa para a translocalidade;

As sociedades transculturais têm seu foco na terra natal, e que sua forma de vida possui um caráter espacialmente centrado, para me contrapor a uma tendência a se falar em “desterritorialização” e em uma ligação “meramente simbólica” ou “imaginária” dos povos da diáspora com seus lugares de origem. A condição originária da terra natal também é pertinente: a estrutura tem dimensões temporais bem como espaciais. Em contraste com essa idéia, vários antropólogos, nos últimos anos, impressionados pelo modo como essas comunidades multilocais são capazes de transcender a territorialidade, muitas vezes ultrapassando fronteiras nacionais.

Ao que concerne a recriação de novos espaços de ocupação territorial, onde os quilombolas ultrapassam os limites territoriais e culturais das suas antigas terras. E residindo em um outro espaço, faz-se necessário novas interconexões para se estabelecerem novamente. De acordo A. Southall (1973, 71-106 apud Argier, 1973, p.90), há cinco domínios interacionais na cidade: “1) parental/étnico; 2) econômico/profissional; 3) político; 4) ritual/religioso; 5) recreativos”.

Sendo assim, os comunitários do Matupiri quando migraram, fixaram moradia na Zona Urbana, estabelecendo seus domínios nos anos 60, talvez através de um vínculo parental/étnico. Desta forma, o vínculo mais proximal de um sujeito social que migra ou mora em uma cidade, está exatamente no espaço doméstico, onde o indivíduo se sente filialmente ligado ao sentimento de pertença, de coletividade e ao mesmo tempo de individualidade. (Argier, 1973).

Mas recentemente, com os estudos etnográficos de pesquisadores mais debruçados sobre a presença negra e as formações de quilombos na Amazônia, está reconstituindo e alinhando a genealogia e o protagonismo negro na região, fazendo com que os afrodescendentes, tenham suas histórias registradas com o devido respeito que lhes é devido.

Segundo Rocha (2018, p.5), esse processo de assimilação identitária ocorreu da seguinte forma, vejamos: “houve no movimento quilombola do Rio Andirá um processo constituído por algumas etapas do “aprender a ser” negros e quilombolas, muitas das quais marcadas por conflitos internos diversos acerca da memória herdada”. E através de suas instituições representativas, buscam reparação histórica, pois a pessoa negra e quilombola no Brasil, e especificamente das comunidades amazônicas, são tratadas como refugiados em seu próprio estado-nação. Siqueira (2016, p.30); faz um relato a respeito da relação das autoridades e até mesmo sociedade barreirinhense para com os quilombolas do Andirá;

Há muitos relatos e histórias contadas sobre a maneira como os moradores das comunidades quilombolas são discriminados na sede do município, inclusive por agentes públicos. Entre os comportamentos identificados pelos próprios moradores como sendo de “desclassificação” em razão da sua condição social, estaria o hábito de alguns agentes não os olhar no rosto enquanto tratam de assuntos com eles, mas sim ficar fitando seus pés e vestimentas. Além disso, os moradores são muito mais suscetíveis a receber o popular chá de cadeira do que qualquer indivíduo da área urbana, especialmente se eles tentam registrar alguma reclamação ou realizar denúncia num órgão local.

Os poderes constituídos do município de Barreirinha, não possuem uma relação de convivência amistosa e de respeito com os quilombolas. Esse fato foi testemunhado durante a pesquisa de campo na sede do município, que na ocasião a colaboradora Amélia Castro (60 anos), em mais uma tentativa em ser recebida para uma audiência com gestor municipal da época, acabou não logrando êxito, pois até mesmo para peticionar o mínimo para o bem estar da comunidade, os líderes quilombolas passam por muitos constrangimentos, e dentre eles destacamos a infinda espera, que identificamos como proposital, para provocar uma desistência dos solicitantes. Nesse período o salário dos professores quilombolas estavam há quase três meses em atraso, o que os professores a deflagrarem greve, pois eram sabedores de que a verba da Educação Básica são valores do FUNDEB, cujos repasses já estavam atualizados, fato este que não justificava o atraso salarial.

Em Manaus, as condições de vida de um quilombola em busca de resoluções dos problemas, tanto para os quilombolas rurais, quanto para os quilombolas urbanos são extremamente difíceis. A estadia e peregrinação pelos órgãos federais e estaduais, foram um verdadeiro sacrifício, enfrentando muitas dificuldades, falta de alimento e inclusive sem

recursos financeiros para a utilização do transporte coletivo, e conforme já foi descrito linhas acima, os quilombolas residem em bairros periféricos da zona leste da cidade de Manaus, o que dificulta sobremaneira as suas logísticas na cidade grande. No livro autoral de Maria Amélia (2016, p.48), ela descreve de maneira detalhada as situações de necessidade extremada que passava em Manaus, procurando resolver as demandas do povo quilombola;

Quando a gente chegava dentro da capital, acabava o nosso dinheiro. Aí, o que fazer? Cada um ia para um lado, outro para outro. Aí, chegou uma vez que, lá em Manaus, o dinheiro acabou. Nós chegamos sair pela rua pra nós juntarmos tampa de garrafa “pet”. Eu fazia das tampas uns cachinhos de uva que eu tecia de crochê pra enfeitar aqueles porta-guardanapos. A gente depois saía pelos bares pra vender e pagar a nossa passagem de ônibus... Pra nós andar pela cidade; pra conseguir auxílio pro nosso povo. E teve um dia, que eu e a nossa equipe que era eu, Mizael, Jaildo (Pelé) e o Georsene, nós saímos do bairro “Nova Vitória”, onde era e é a minha casinha que eu tenho e fomos até a SEPROR, a pé. É muito longe, já fica no caminho que vai pro Aeroporto, mas, fomos andando, conversando, pra voltar de ônibus. Nós saímos seis horas da manhã e chegamos às nove horas na SEPROR, que fica na Torquato Tapajós.

A cidade se apresentando com todos os seus contrastes sociais, as suas longas caminhadas sobre o asfalto quente da cidade grande, caminhos trilhados com bastante gana como faziam os escravizados em busca de sua liberdade, pois eles usavam de suas dissidências para resistir às práticas do escravismo. Pode um subalterno falar? Com esse espírito beligerante que os quilombolas não querem somente obter m lugar de visibilidade, mas sim, ocupar os seus lugares de fala. É preciso que esses caminhos de liberdade, de petições por territórios, sejam vistos e interpretados não somente como sons para o vácuo, mas como palavras que ecoam e ressoam como resistência.

### **3 – A MIGRAÇÃO QUILOMBOLA DO RIO ANDIRÁ PARA O RIO NEGRO-SOLIMÕES-RAMOS NA VOZ DE MARIA AMÉLIA CASTRO.**

Nos últimos 20 anos também migrou para a cidade de Barreirinha-Amazonas, a nossa interlocutora e seus filhos; pois a mesma estava vivenciando uma grande atribulação em sua vida particular, dentre as quais a violência física, moral e simbólica. “A violência não é uma, é múltipla” (MINAYO, 2005, p.14). Estudos nominam e caracterizam as inúmeras práticas de violência sofridas por mulheres, crimes estes praticados, mas que só foram enquadrados nos rigores da lei, quando da aprovação da Lei Maria da Penha no ano de 2006. De acordo com (Brasil, 2011), seguem abaixo as tipificações de violências e violações praticadas contra as mulheres no Brasil;

São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outra: I- a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II- a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe

cause dano emocional e diminuição da autoestima (...); III- à violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação (...); IV- a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens e valores (...); V- a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

E por conta da violência nossa colaboradora, deixou a sua pequena propriedade e o extenuoso trabalho do roçado e com uma colheita de certa maneira demorada para trás, e partiu em busca de sua liberdade; enfrentou dificuldades por ser mulher, recém separada e com 8 crianças para sustentar. Sendo assim, a necessidade de sobrevivência de nossa interlocutora era premente, e por esse motivo a mesma foi levada a assumir outras jornadas de trabalho, com o intuito de obter recursos financeiros para manter a sua família. E nesse primeiro momento migrou para a cidade de Barreirinha, onde não possuía um local definido de moradia, sendo acolhida na casa de alguns parentes e pessoas conhecidas. Segundo Maria Amélia (2016, p. 34), ela comenta que por um determinado período exerceu o ofício de doméstica em casas de família, cozinheira no hospital da cidade e em um <sup>4</sup>barco de linha. Vejamos o seu relato de vida;

Conferi todas as casas de dentro de Barreirinha que precisavam de trabalho, e fui pedir trabalho pra eu sustentar meus filhos. E, digo mesmo, sei quem são as pessoas que pagam a gente bem e sei as pessoas que exploram as pessoas dentro de Barreirinha. Então eu agradeço, agradeço muito a dona Rosa, a dona Rosinha, uma pessoa que me amparou quando eu cheguei em 1994, (...) trabalhei num barco de linha durante um ano e meio como cozinheira! Deixava meus filhos com minha mãe e viaja até Belém, cozinhando nesse barco de nome “Cidade de Barreirinha”. Aí, o barco parou de fazer essa linha e meu trabalho também parou.

A vida de quem mora no interior da Amazônia, é sempre marcada pelo regime das águas, e principalmente pelo apito das embarcações que soam no porto como um acorde que ritma muitas despedidas, e os olhares marejados de quem vai e quem fica. E na dança das águas, o curso do rio influencia sensivelmente no linguajar da região, pois não há partidas e chegadas, no Amazonas o ribeirinho simplesmente “baixa e sobe” o rio. E assim foi a vida de nossa colaboradora, quando o barco em que trabalhava deixou de cumprir a rota de Barreirinha-Belém, a sua vida profissional de cozinheira também teve que ser redirecionada. E no limiar do ano dois mil, ocasião que seria o fim do mundo para muitos, para Maria Amélia representou uma nova fase, um recomeço, deixando Barreirinha com destino a Manaus <sup>5</sup>“fisgando o destino na curva do rio” (ALCEO ANSELMO, 2000). E assim mais um ramo familiar do Matupiri aporta no velho <sup>6</sup>Roadway das terras de Ajuricaba, pois entre os navios com turistas, Loid,

---

<sup>4</sup> Barco de Linha: São embarcações que transitam pelos rios da Amazônia, levando passageiros e mercadorias entre as cidades da hinterlândia.

<sup>5</sup> Toada Tempo de Trapiche. Álbum Tudo Azul. Boi Bumbá Caprichoso, 2000.

<sup>6</sup>Roadway: Porto da Cidade de Manaus, construído na época da Belle Époque.

também ancoram os barcos de linha e suas gentes vindas do interior. Logo abaixo podemos observar uma das muitas viagens que nossa colaboradora fez pelos rios Negro-Solimões-Ramos-Andirá.

Quadro fotográfico 3: Senhora Maria Amélia e família



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019

E assim a metrópole da Amazônia que não só está de costas para o rio, mas também para os menos afortunados; os forçando a se aglomerarem nos bolsões de pobreza de sua área periférica. Sendo que essa tentativa de “ordenamento urbano” e exclusão social se assemelham às práticas amparadas em inúmeros <sup>7</sup>“Códigos de Posturas” na época da Borracha, que determinavam desde o comportamento à arquitetura da cidade de Manaus, cujas edificações foram erigidas de maneira perpendicular para o rio. Na interpretação de Lima (2008, p.113): “O rio, que trazia a memória do meio natural, tinha que ser esquecido e a nova cidade de Manaus, produzida a partir da necessidade de inserção no circuito do capital, foi se estabelecendo de costas para ele”. As duas imagens são de famílias quilombolas do rio Andirá, residindo no Bairro Nova Vitória, na Zona Leste de Manaus;

Figura 1: Maria Amélia e netos

---

<sup>7</sup> Leis e Regulamentos Promulgados pelo Município e o Estado, com o intuito de manter a ordem e o sanitarismo na cidade Manaus.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Figura 2: Maria Amélia e Família



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Supomos que essa tentativa de olvidar as populações tradicionais do interior do Amazonas reverberam ao tempo presente; mas não sem embates ou críticas. Na cidade grande cada quilombola, se tornam mais uma mulher ou “homem da multidão” (EDGAR ALLAN POE, 1999), tendo o governo como um “flâneur” de suas problemáticas sociais, que apenas observa, mas não resolve. Talvez a <sup>8</sup>“velha Albion” e seus bairros insalubres, descritos pelo autor, não sejam apenas mera ficção. E essa desvalorização da presença interiorana de origem cabocla, indígena e negra do Amazonas, talvez tenham servido de inspiração ao poeta Aldísio Filgueiras a compor a música <sup>9</sup>“Porto de Lenha” no ano de 1990, como um símbolo de resistência atemporal. Vejamos;

“Porto de lenha Tu nunca serás Liverpool. Com uma cara sardenta. E olhos azuis. Porto de lenha. Tu nunca serás Liverpool Com uma cara sardenta. E olhos azuis. Um quarto de flauta. Do Alto Rio Negro. Pra cada sambista paraquedista. Que sonha o sucesso. Sucesso sulista. Em cada navio Em cada cruzeiro. (Em cada cruzeiro) Das

---

<sup>8</sup> “Velha Albion”. é o nome atribuído pelas fontes latinas e gregas às ilhas Britânicas,

<sup>9</sup> “Porto de Lenha”. De autoria de Aldísio Filgueiras e Torrinho. Formato LP. Gravação 1990. Lançamento 1991.

quadrilhas de turistas. Porto de lenha. Tu nunca serás Liverpool. Com uma cara sardenta. E olhos azuis”.

A letra da música faz um chamamento de atenção ao Manauense, que prefere enaltecer uma cultura mais cosmopolita em detrimento de sua ancestralidade e o seu nativismo. E esse arremedo de “Liverpool” ou quem sabe, a “Cincinate” brasileira criou raízes e massageou o ego dos habitantes da capital amazonense. Mas ser um habitante da cidade tanto antes como no tempo presente, não significa estar perto do progresso, e os bairros afastados, devido a suas distâncias, se assemelham aos antigos quilombos que se formavam nas matas, para além das cachoeiras, bem longe das forças coercitivas do estado. Gomes (2018, p.387) explica que as comunidades quilombolas: “Eram protegidas pela geografia de uma dada região - entre rios, montanhas e florestas - e igualmente por um sistema de defesa com paliçadas e estrepes”.

E sem ter uma “cara sardenta e olhos azuis”, as primeiras famílias quilombolas oriundas do Andirá, e as mais recentes, continuam chegando apenas com a coragem, a esperança e muitos sonhos na bagagem. A cidade grande ainda seduz até o mais incrédulo, exatamente pela maneira como as áreas mais longínquas da região são tratadas; com suas ações sociais executadas em doses homeopáticas, fazendo da pobreza o seu pedestal de poder. Sendo essa uma postura política com inclinação para um coronelismo, que visa manter o povo sob controle, efetivando sua “dominação” (WEFFORT, 1980). De acordo com Victor Nunes Leal (2012, p.122), o coronelismo tem suas características latentes no interior brasileiro;

Seu habitat são os municípios do interior, o que equivale a dizer os municípios rurais, ou predominantemente rurais; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como sejam o comércio e a indústria. Consequentemente, o isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno.

E é na necessidade, em cima de barrigas vazias, que essas estruturas se enraízam, e toda e qualquer ação mínima de um gestor municipal é sempre ovacionada pelos seus eleitores. E aqueles que não compactuam com esse regime de cabresto, são tratados como inimigos, e as eles se aplicam os rigores da lei, quer seja oficial e até mesmo tácita e/ou paralela. Nos últimos doze anos, a relação da administração municipal para com a população quilombola do Matupiri e demais comunidades adjacentes foi de total descaso, provocando uma migração forçada em direção a outros centros urbanos.

As muitas medidas que tensionaram a relação da administração de Barreirinha com a Comunidade Quilombola, foi desde o não cumprimento de inúmeras promessas que não passaram de falácias e cantilenas de palanque, que culminaram com a desativação da escola de educação infantil e posteriormente o desligamento de todos os professores quilombolas que

desenvolviam suas atividades docentes junto aos seus pares. E essa decisão interferiu sobremaneira nos projetos idealizados entre a escola e as famílias, ações que beneficiavam todas as comunidades e núcleos quilombolas.

No atual cenário, essas ações despóticas, influenciaram na “fuga” quilombolas em busca de trabalho, valorização profissional e formação continuada em cidades próximas e na capital, que podem ser simbolicamente consideradas como um Quilombo do Matupiri Translocal. O termo quilombo foi ressemantizado, e hoje não é necessário ficar “fugindo ainda que sem motivo” (CAVALCANTE, 2011), mas por resistência e anarquia.

### **3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo se a discorrer sobre as ideias, relatos e fatos a respeito das migrações de famílias das Comunidades Quilombolas do interior do município de Barreirinha, para cidades próximas e para Manaus, cujos motivos perpassam pela melhora nas condições de sobrevivência, reconhecimento e cidadania. Cabe destacar aqui, que os quilombolas do rio Andirá, são numericamente superiores aos quilombolas urbanos do Barranco de São Benedito; mas que no tempo presente essas porcentagens representam um mero detalhe, pois o objetivo comum é a busca por reconhecimento e cidadania, fato este que os uniu no período pandêmico e fortalecendo a comunidade negra e quilombola do Amazonas.

Por fim, entendemos que o quilombo, não é somente um lugar físico, um território ou uma propriedade, mas sim o sentimento de pertença e de autorreconhecimento que há em cada cidadão, ou seja, onde estiver um habitante ou descendente dos quilombolas do rio Andirá, o local simbolicamente torna-se um quilombo, e por isso a ideia de ser um Quilombo Translocal.

## REFERÊNCIA

A. SOUTHALL. **The Density of Role - Relations Index of Urbanization**. In A. Southall (org.), *Urban Anthropology Cross-Cultural Studies of Urbanization*. Nova York: Oxford University Press, 1973.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, 'babaçuais livre', 'castanhais do povo', faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.<sup>a</sup> ed, Manaus: PPGSCA/Ufam. 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e a base de foguetes de Alcântara: laudo antropológico**. Brasília: MMA, 2006. ISBN 85-7300-198-4.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al. **Museus indígenas e Quilombolas: centro de ciências e saberes**. 1. ed. UEA Edições: Manaus, 2017. v. 1. 400p.

ARRUTI, José Maurício. **A emergência dos 'remanescentes': notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas**. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, 3(2):7-38, 1997.

ARRUTI, José Maurício. **Conceitos, Normas e Números: Uma Introdução à Educação Escolar Quilombola**. *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 12, n. 23, jan/abr de 2017.

CAVALCANTE, Ygor. **Fugindo, ainda que sem motivos: escravidão, liberdade e fugas escravas no Amazonas Imperial**. In: Sampaio, Patrícia M. (Org.). *O fim do silêncio – presença negra na Amazônia*. Belém: Açaí/CNPq, 298 p, 2011.

CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. **“Uma viva e permanente ameaça”: resistência, rebeldia e fugas de escravos no Amazonas Provincial (c.1850 - c.1882)**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013

CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. **Gambás: artes musicais, identidades e resistências na diáspora negra no Amazonas (séculos XVII ao XX)**. In: *Revista da ABPN* • v. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: “Africanos, escravizados, libertos biografias, imagens e experiências atlânticas” • agosto de 2020, p. 27-51, DOI 10.31418/2177-2770.2020.v12.c2.p27-51 | ISSN 2177-2770.

CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. **Abolição à sombra do cativo: raça, classe, gênero e educação (Amazonas, Brasil, Séc. XIX)**. Curitiba: CRV, 2021.

CARDOSO, FH., and MÜLLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. I-II. ISBN: 978-85-99662-73-1.

CARDOSO. Luís Fernando Cardoso. **A Constituição Local: Direito e Território Quilombola na Comunidade de Bairro Alto na Ilha de Marajó-Pará**. In Tese de Doutorado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008

CASTRO, Maria Amélia. Trilhas Percorridas por uma Militante Quilombola: vida, lua e resistência/Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro, org; Alfredo Wagner Berno de Almeida, ed; -Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

INGOLD, Tim. Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. São Paulo: Vozes, 2015.

GOMES, Flávio Gomes. A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (séc. XIII e XIX). Tese de Doutorado –UNICAMP/SP, 1997. GOMES, Flávio; QUEIROZ, Jonas Marçal. Em outras Margens: Escravidão Africana, Fronteiras e Etnicidade na Amazônia. In: Gomes, Flávio & Del Priore, Mary (Orgs). Os Senhores dos rios – Amazônia, Margens e Histórias. Elsevier Ed. São Paulo, 2003. 153

GOMES, Flávio & DEL PRIORE, Mary (Orgs). Os Senhores dos rios – Amazônia, Margens e Histórias. Elsevier Ed. São Paulo, 2003

Martins Júnior, Delcio Fernando. Rios urbanos de Manaus: Proposta teórico metodológica para gestão e regulação de recursos hídricos com base no Igarapé do Quarenta. Manaus: [s.n.], 2018. 179 f. Dissertação - Programa de pós-graduação em gestão e regulação de recursos hídricos - PROFÁGUA - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.

NUNES, Leal Victor. Coronelismo, enxada e voto. Companhia das Letras, 1ª edição, 2012.

POE, Edgar Allan. Os melhores contos de Edgar Allan Poe. Trad. Oscar Mendes e Milton Amado. 3. ed. São Paulo: Globo, 1999.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte II). Mana, Rio de Janeiro, v. 3 n. 2, 1997, p. 103-150.

RANCIARO, Maria Magela Mafra de Andrade. Andira: memória do cotidiano e representações sociais. Manaus: EDUA, 2004.

RANCIARO, Maria Magela Mafra de Andrade. Os cadeados não se abriram de primeira: construção identitária e a configuração do território de comunidades quilombolas do Rio Andirá (Município de Barreirinha-Amazonas). 2016.

ROCHA, João Marinho da. Das Sementes aos Troncos: História e Memória do Movimento Quilombola do Rio Andirá. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), 2019.

ROCHA, JOÃO MARINHO da; FREITAS MARILENE CORRÊA DA SILVA. Protagonismos Quilombolas no Amazonas. O caso dos “Freitas de Castro”, quilombo Trindade, Rio Andirá, Fronteira Amazonas/Pará. COPENE 2018.

SILVA, Júlio Claudio. Memória e identidade nos relatos dos quilombolas da comunidade de Santa Tereza do Matupiri, Barreirinha, Amazonas. Apontamentos do Projeto de Pesquisa Memória e identidade nas narrativas das comunidades quilombolas do Baixo Amazonas (Boa Fé, Itaquara, São Pedro, Santa Tereza do Matupiri, Trindade Barreirinha, Amazonas). Uma primeira versão deste texto foi apresentada no II Congresso Pan-Amazônico de História Oral.

SIQUEIRA, João. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação- *RTID* do território quilombola do rio Andirá. Manaus-Am, 2016.

WEFFORT, Francisco. (1978a), *O populismo na política brasileira* Rio de Janeiro, Paz e Terra.

## **FONTES ORAIS**

Maria Amélia dos Santos Castro, 56 anos. Agricultora, segunda presidente da FOQMB (2012-2014 e 2014-2016). Entrevista. Agosto de 2016. Quilombo Santa Tereza do Matupiri, Rio Andirá, Barreirinha-AM.

Maria Amélia dos Santos Castro, 56 anos. Entrevista. Agosto de 2016. Barreirinha -AM

Maria Amélia dos Santos Castro. 57 anos. Entrevista. Outubro de 2017. Manaus -AM

Maria Amélia dos Santos Castro. 59 anos. Entrevista. Janeiro de 2019. Manaus -AM

Maria Amélia dos Santos Castro. 60 anos. Entrevista. Janeiro de 2020. Manaus -AM

Maria Amélia dos Santos Castro. 60 anos. Entrevista. Março de 2020. Manaus -AM

Maria Amélia dos Santos Castro. 60 anos. Entrevista. Abril de 2020. Manaus -AM

Maria Amélia dos Santos Castro. 60 anos. Entrevista. Maio de 2020. Manaus -AM

Maria Amélia dos Santos Castro. 60 anos. Entrevista. Junho de 2020. Manaus -AM

Maria Amélia dos Santos Castro. 60 anos. Entrevista. Setembro de 2020. Manaus -AM

Maria Amélia dos Santos Castro, 60 anos. Entrevista. Novembro de 2020. Barreirinha -AM

Maria Rodrigues, 60 anos, Aposentada, Entrevista. Maio de 2020. Manaus -AM

Vicente Rodrigues, 67 anos, Aposentado, Entrevista. Maio de 2020. Manaus -AM